



EDIÇÃO 02 - 2025

Informativo

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL REGIONAL DOS EMPREENDIMENTOS MARÍTIMOS DA PETROBRAS NA BACIA DE SERGIPE - ALAGOAS

A realização do Programa de Comunicação Social Regional é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo IBAMA.



II Feira Da Cata ao Prato reúne saberes, sabores e fortalece a valorização das mulheres marisqueiras de Sergipe

Consolidar-se como um espaço de visibilidade, valorização e fortalecimento da organização das mulheres marisqueiras, reunindo um público diversificado em dois dias de atividades culturais, formativas e gastronômicas. Essa foi a proposta da II Feira Cata ao Prato, realizada nos dias 31 de outubro e 1º de novembro de 25 no Museu da Gente Sergipana.

O evento foi promovido pelo Movimento das Marisqueiras de Sergipe (MMS), que é parte do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras, executado como medida de mitigação do licenciamento ambiental federal para os empreendimentos de águas rasas da Petrobras na Bacia de Sergipe-Alagoas.

A feira reuniu sabores, saberes e expressões culturais das comunidades pesqueiras do litoral sergipano, apresentando a riqueza da produção das marisqueiras e reafirmando o papel central dessas trabalhadoras na preservação dos ecossistemas costeiros e na segurança alimentar de suas comunidades.

Durante o evento, o público teve acesso a uma ampla variedade de produtos elaborados pelas marisqueiras, como catados, moquecas, caldos, bolinhos e outras iguarias tradicionais, além



Roda de conversa sobre impactos ambientais na mariscagem

de biojoias, bordados, crochês e artesanatos inspirados no cotidiano das marés.

A abertura da feira, realizada na noite do dia 31, contou com a exibição do documentário “Vozes do Manguezal: O legado das marisqueiras”, de Katharyna Almeida, seguida de um diálogo com lideranças do Movimento das Marisqueiras de Sergipe (MMS), que compartilharam experiências e reflexões sobre a trajetória coletiva do grupo. O primeiro dia encerrou-se com o show da banda Ela Sambô, que animou o público e celebrou a força das mulheres do mangue.

No dia seguinte, as atividades foram intensas, com início às 10h até as 22h, com grande participação do público. A Cozinha Aberta foi um dos destaques da programação, reunindo marisqueiras de diferentes regiões do estado na preparação de pratos típicos, evidenciando o cuidado e o conhecimento tradicional presentes em cada receita. Na Tenda Infantil, crianças e famílias participaram de brincadeiras e atividades educativas relacionadas à vida no manguezal.

A Tenda da Saúde, organizada em parceria com o Movimento Popular de Saúde em Sergipe (MOPS), ofereceu atendimentos, orientações e rodas de conversa sobre alimentação saudável e bem-estar. Já as oficinas “Da cata ao prato” e “Tricotando marés” proporcionaram momentos de aprendizado e troca de saberes, valorizando os processos produtivos e o artesanato derivados da mariscagem.

Durante a programação da tarde, o público pôde acompanhar uma oficina de mariscagem, conduzida por marisqueiras de diferentes comunidades, que apresentaram as etapas do seu trabalho – desde a coleta nos manguezais até o preparo do pescado – compartilhando técnicas, histórias e saberes transmitidos entre gerações.

Em seguida, ocorreu uma roda de conversa que reuniu lideranças marisqueiras de diversas comunidades do litoral sergipano, além da presença de uma representante do Poder Legislativo do Estado de Sergipe, uma representante da Superintendência do

Patrimônio da União (SPU) e um representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O diálogo abordou temas como os direitos das mulheres marisqueiras, os desafios enfrentados nos territórios tradicionais e a importância da autonomia econômica e da valorização do trabalho feminino, fortalecendo a interlocução entre sociedade civil e poder público.

Encerrando sua segunda edição, a feira Da Cata ao Prato reafirmou o compromisso das marisqueiras sergipanas com a preservação ambiental, a transmissão dos saberes tradicionais e o fortalecimento das identidades coletivas. O evento reforçou a importância de políticas públicas e parcerias institucionais voltadas à promoção do reconhecimento e da dignidade dessas trabalhadoras, que transformam o que vem das águas em cultura, alimento e sustento para suas comunidades.



Marisqueiras comercializam seus produtos na feira



Oficina de mariscagem e culinária “Da Cata ao Prato”

PEAC realiza Seminário de Planejamento com equipes da UFS, Petrobras e Ibama

Evento discutiu diretrizes do programa e perspectivas para o novo convênio entre Petrobras e UFS



Equipe de pesquisadores que atuam no PEAC, representantes do IBAMA e da Petrobras durante o seminário

Nos dias 9 e 10 de setembro, foi realizado o Seminário de Planejamento Estratégico do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC). O evento aconteceu nas instalações da Universidade Federal de Sergipe - UFS, entidade executora do programa, com o objetivo de definir diretrizes e alinhar perspectivas para o próximo convênio do programa. Foram promovidos diálogos e análises sobre as políticas de licenciamento ambiental, sobre as atividades marítimas da Petrobras em Sergipe e os impactos socioambientais decorrentes.

A abertura contou com a presença dos professores Eraldo Ramos Filho (coordenador-geral do PEAC) e Nelmiere Ferreira, representando a UFS; de Paulo Alceu Oliveira, gerente setorial de Gestão Ambiental Sergipe, Bahia e Alagoas da Petrobras; e, representando o Ibama, os analistas ambientais Cecília Barbosa e Cássio Murilo. Foi destacada a importância da parceria entre as instituições e dos mais de 15 anos de atuação do PEAC em ações de educação ambiental crítica em Sergipe.

A programação incluiu exposições sobre o cenário de atuação da Petrobras, detalhando as atividades de descomissionamento ora em andamento em águas rasas em Sergipe, e as perspectivas de desenvolvimento da produção do projeto Sergipe Águas Profundas (SEAP). Também foram apresentadas análises do Ibama sobre o Plano de Avaliação e Revisão de Mitigação de Impactos Socioambientais (PARMIS), além de contar com apresentações das equipes do PEAC, que trouxeram as propostas para o convênio 2027-2032.

Cada coordenador dos cinco projetos que compõem o programa – Conselho Gestor, Observatório Social dos Royalties, Fortalecimento do Movimento das Marisqueiras,

Compartilhar e Educomunicação – realizou uma apresentação com as principais ações desenvolvidas, resultados alcançados e perspectivas para o próximo ciclo de execução.

Segundo o coordenador do programa, Eraldo Ramos Filho, a diversidade de áreas e abordagens é o que fortalece o PEAC. Ele também alertou para a sobreposição de impactos ambientais em comunidades tradicionais do estado, que enfrentam situações de vulnerabilidade crescente. As discussões abordaram ainda temas como controle social dos royalties do petróleo, fortalecimento das mulheres marisqueiras, gerenciamento costeiro,

cultura e organização comunitária.

Para Sávio Sousa, que atua na Gestão Ambiental da Petrobras, o evento promoveu diálogo e entendimento entre as instituições: “O seminário criou uma condição de maior possibilidade de entendimento a partir das nossas diferentes visões, das nossas diferentes posições, e isso é uma demonstração de respeito mútuo”, afirmou. Já a analista ambiental do Ibama, Cecília Barbosa, destacou que o encontro permitiu compreender melhor a complexidade das ações de licenciamento ambiental e reforçou a confiança na qualidade do trabalho desenvolvido pelo PEAC.



Cecília Barbosa (IBAMA), Eraldo Ramos Filho (UFS), coordenador-geral do PEAC, e Sávio Sousa (Petrobras)



Júlio César Dias (IBAMA) apresenta os direcionamentos do Plano de Avaliação e Revisão de Mitigação de Impactos Socioambientais (Parmis)



Eraldo Ramos apresenta perspectivas do projeto Compartilhar para o novo convênio



Sávio Sousa, durante sua fala no seminário.



Bando de *Sterna hirundo* (trinta-réis) pousados no guarda corpo da estrutura da plataforma PGA-05



Exemplar da espécie *Puffinus griseus* (pardela escura) pousado na plataforma PA-38



Transferência do exemplar de pardela escura para encaminhamento até o Centro de Reabilitação



Realização do exame clínico admissional do animal encontrado na PA-38



Teste de impermeabilização na unidade de reabilitação



Exemplar de pardela escura é solto na natureza após reabilitação

Conheça os resultados mais recentes do Projeto de Monitoramento de Impactos sobre a Avifauna na Bacia de Sergipe-Alagoas

O Projeto de Monitoramento de Impactos de Plataformas e Embarcações sobre a Avifauna na Bacia de Sergipe/Alagoas (PMAVE-SEAL) tem por objetivo registrar todas as ocorrências incidentais envolvendo aves debilitadas, feridas ou mortas encontradas nas unidades marítimas, bem como aglomerações de avifauna nas estruturas, e executar, quando necessário, procedimentos que envolvam captura, coleta, transporte ou manejo de avifauna, sob orientação técnica, visando assegurar o bem-estar dos animais e a segurança da equipe e operações.

No projeto são abarcadas todas as 26 plataformas fixas localizadas na Bacia SEAL. Dessas, o monitoramento acontece regularmente na PCM-09, a única plataforma habitada. Nas demais, o monitoramento acontece por oportunidade, ou seja, quando se realiza visita para manutenção ou vistoria o técnico faz a observação e o registro de ocorrências de aves.

Durante todo o período da atividade de abandono de poços, atualmente em desenvolvimento na Bacia de Sergipe-Alagoas, o PMAVE será executado como medida mitigadora nos equipamentos específicos para essa atividade, como plataformas auto elevatórias e sondas de produção hidráulica, conforme apresentado no estudo de Avaliação de Impactos Ambientais da Anuência Global.

Ocorrências mais comuns de espécies

O PMAVE-SEAL vem sendo executado desde setembro de 2018 e, até maio de 2025, registrou, por ocasião ou oportunidade, 731 ocorrências de aves marinhas vivas ou mortas nas instalações localizadas na bacia. Geralmente, as ocorrências concentram-se entre os meses de setembro e fevereiro, com o predomínio de 99,7% do gênero *Sterna* (trinta-réis) nos registros.

Em sete anos de execução, o PMAVE-SEAL registrou 11 espécies de aves costeiras/marinhas e terrestres. Dentre as aves marinhas, estão as espécies *Anous stolidus* (trinta-réis-escuro), *Fregata magnificens* (fragata), *Puffinus griseus* (pardela-escuro), *Sterna hirundo* (trinta-réis-boreal), *Sterna sp.* (trinta-réis), *Sula dactylatra* (atobá grande).

Já entre as espécies terrestres, foram registradas ocorrências da *Columba livia* (pombo doméstico), *Columba sp.* (pombo), *Crotophaga ani* (anu-preto), *Tyrannus melancholicus* (suiriri)

e *Zenaide auriculata* (avoante). Dessas, penas a *P. griseus* é indicada como quase ameaçada, segundo a União Internacional para Conservação da Natureza, embora essa mesma espécie esteja categorizada como pouco preocupante na lista vermelha do Instituto Chico Mendes (ICMBio).

Ao longo de todos os anos, 15 animais foram atendidos no PMAVE-SEAL. As destinações desses animais foram soltura, necropsia ou reabilitação.

No último ano, no período de junho de 2024 a maio de 2025, um indivíduo adulto da espécie *Puffinus griseus* foi encontrado na plataforma auto elevatória PA-38 ARABIA I (ver foto). Esta espécie possui hábito estritamente oceânico e trata-se de uma espécie migratória, que anualmente percorre extensas rotas desde o Hemisfério Sul, onde nidifica nas ilhas subantárticas dos mares do sul até as águas ricas em alimento do Hemisfério Norte. Na costa brasileira, a espécie é observada em sua rota migratória entre os meses de maio a novembro, ao longo de toda a extensão costeira.

O animal foi transportado por embarcação de apoio e recebido no Terminal Marítimo Inácio Barbosa (TMIB) pela equipe técnica, que realizou sua transferência para caixa de transporte e remoção até o Centro de Reabilitação, onde iniciou o atendimento veterinário, triagem clínica e manejo de estabilização. Durante o tratamento, o animal apresentou bons resultados, sendo então realizada a soltura (as fotos podem ser vistas em sequência).

De modo geral, a ocorrência de aves nas unidades da bacia SEAL deve-se ao uso das estruturas, pelas aves costeiro/marinhas, para pouso, descanso e/ou ponto de pesca ou, no caso das aves terrestres, quando transportadas acidentalmente por outras embarcações.

Além dos riscos potenciais à avifauna, a ocorrência de aglomeração de aves nas plataformas marítimas apresenta riscos adicionais relacionados à saúde ocupacional e corrosão dos equipamentos, além do desabastecimento elétrico da plataforma com o recobrimento dos painéis solares por guano.

Diante dessas questões, a empresa vem avaliando estratégias atualizadas para a mitigação dos impactos relacionados à aglomeração de aves, incorporando ao projeto medidas de afastamento cuja eficácia já tenha sido previamente constatada.

Com jogos e metodologias da educação popular, Observatório Social dos Royalties realiza oficina sobre orçamento público

No município fictício de Peixolândia, representantes de comunidades se reuniram para formar um conselho municipal com o intuito de decidir a destinação do orçamento da cidade. Cada representante - defendendo seus interesses - optou por destinar recursos para direitos básicos como saúde, educação e moradia, com exceção de um deles, o representante da prefeitura, que destinou verbas para shows e eventos.

Foi por meio dessa simulação que se iniciou a oficina Orçamento Público, promovida pelo Observatório Social dos Royalties (OSR) durante evento ocorrido no mês de julho, em Aracaju, com a participação de cerca de 50 participantes, entre lideranças comunitárias, pescadores, marisqueiras, indígenas e artesãos de quatro municípios do litoral norte de Sergipe: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Pirambu e Pacatuba.

A oficina Orçamento Público faz parte de um ciclo de oficinas promovido pelo Observatório com intuito de discutir as políticas de participação popular e a promoção dos direitos, como explica o pesquisador de Ciências Humanas e Sociais, largo Souza. “A gente está fazendo um ciclo de oficinas. A primeira delas tratou do licenciamento ambiental com foco no licenciamento dos empreendimentos de petróleo, e agora fizemos sobre o orçamento público com foco nos royalties do petróleo e na forma como isso tem impacto no orçamento, principalmente, dos municípios, e quais são os mecanismos de participação popular para que haja uma aplicação mais adequada desses recursos e para que não haja uma dependência das prefeituras”, detalhou o pesquisador.

A oficina promoveu também a vinda da pesquisadora Alessandra Cardoso, assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), que facilitou as discussões sobre o tema orçamento público e direitos. Apesar de o assunto orçamento público contar com muitos números, termos técnicos e dados que muitas vezes promovem distanciamento de boa parte da população, a atividade buscou democratizar o tema por meio de uma metodologia participativa.

A programação trouxe ainda a assessora jurídica e parlamentar da deputada estadual Linda Brasil (PSOL-SE), Cindy Barbosa, que facilitou a atividade com o tema Ciclo Orçamentário. A partir da exposição de dados de municípios sergipanos e o detalhamento das etapas do ciclo orçamentário, os participantes puderam aprender sobre os três instrumentos de planejamento e orçamento público estabelecidos na Constituição Federal: o Plano Plurianual (PPA), que define as diretrizes, metas e objetivos



O pesquisador largo Souza (UFS) coordena o Jogo da Vida Dura e conduz as perguntas



Cindy Barbosa, advogada e assessora parlamentar, fala sobre o ciclo orçamentário

da administração pública durante quatro anos; a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que estabelece as prioridades de cada ano; e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que estima as receitas e fixa as despesas para o ano seguinte.

A complexidade que os três instrumentos de planejamento orçamentário possuem, muitas vezes, afasta setores da população menos favorecidos, que acabam não participando ou não tendo conhecimento sobre as principais decisões do orçamento público nos municípios.

O Jogo da Vida Dura

Como metodologia para trabalhar os conhecimentos aprendidos sobre os temas Orçamento e Direitos e Ciclo Orçamentário, a equipe de pesquisadores do OSR formulou o Jogo da Vida Dura, um jogo de tabuleiro que tinha como objetivo percorrer o ciclo dos três instrumentos do orçamento público até alcançar as políticas públicas, objetivo final do jogo.

Três equipes foram formadas e cada equipe elegeu seu jogador representante. A cada rodada, o jogador da equipe arremessava um dado com duas cores e a cor sorteada indicava a carta a ser escolhida, contendo perguntas sobre os temas abordados. A equipe que respondia à pergunta corretamente avançava uma casa. Com uma disputa acirrada e empenhados em dar respostas corretas, os participantes exercitaram a memória e o trabalho em equipe.

O desenvolvimento de metodologias que agregam práticas da educação popular, do teatro, da facilitação gráfica, da contação de histórias e da oralidade é um dos pilares do trabalho desenvolvido pelos pesquisadores do OSR. Ao final da oficina, as lideranças encaminharam propostas que pretendem acompanhar, nos próximos meses, as discussões a respeito do orçamento público estadual.

Roda de conversa sobre o ciclo orçamentário



Descomissionamento: seguimos realizando atividade de abandono permanente de poços na costa de Sergipe

Atividade conta com a presença de duas plataformas auto elevatórias

As atividades de abandono permanente dos poços de produção marítimos nos campos de águas rasas da Bacia de Sergipe-Alagoas seguem em andamento. O abandono é uma etapa prevista pela legislação para garantir a segurança ambiental e operacional por meio da vedação definitiva dos poços, que tiveram sua produção interrompida definitivamente desde 2020, e agora encontram-se na fase de descomissionamento.

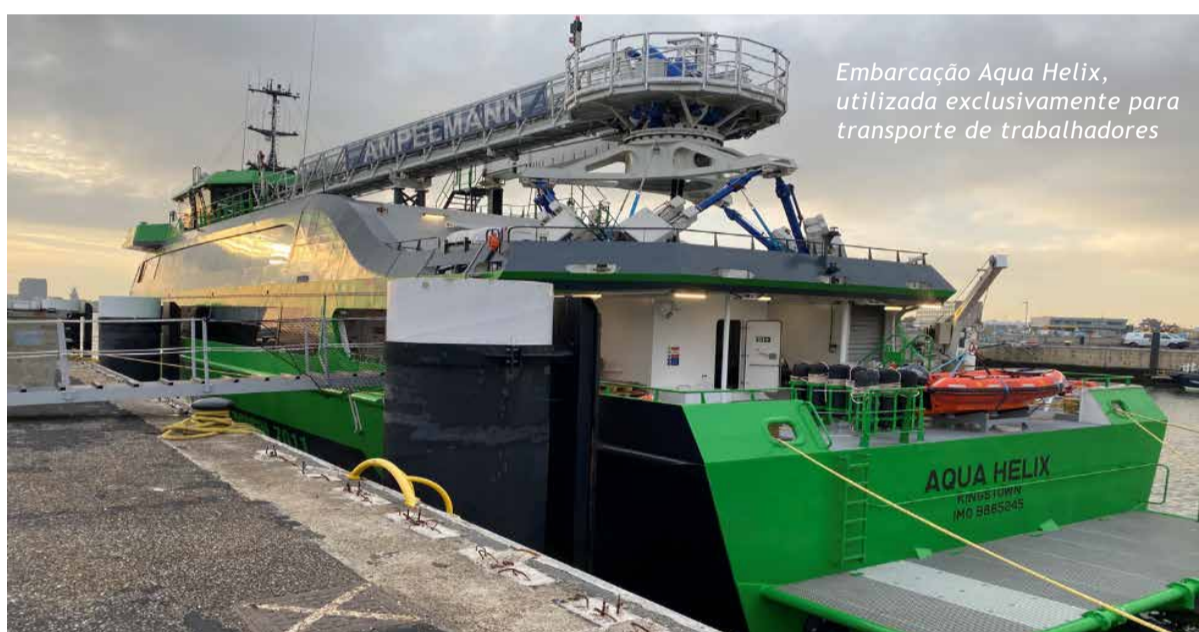
No caso dos campos de Sergipe, a grande maioria dos 171 poços a abandonar encontra-se interligado à parte seca das plataformas fixas, sendo o abandono uma fase necessariamente prévia à etapa de retirada total dessas plataformas, que só deverá ser iniciada em 2031, de forma gradual.

A Petrobras está atuando com dois tipos de sonda para abandono de poço, sendo uma do tipo de produção hidráulica (SPH), que é um equipamento de menor porte e por isso é instalado diretamente dentro das plataformas (ver foto). O outro tipo é a plataforma auto elevatória (PA), que possui uma grande torre com sonda, com uma dimensão total muito maior que as plataformas fixas locais.

Esse equipamento é navegável e possui grandes pernas que se fixam no solo marinho, posicionando-se de forma adequada para a intervenção nos poços. Tendo chegado a Sergipe em abril, a plataforma PA-38 permaneceu atuando no abandono de poços na plataforma PGA-5 e deverá mudar de localização no início de 2026. Uma segunda plataforma desse tipo, a PA-39, chegou à bacia em dezembro e está se posicionando para o abandono de poços na plataforma fixa PGA-8.



Plataforma auto elevatória PA-39 junto à plataforma PGA-8



Embarcação Aqua Helix, utilizada exclusivamente para transporte de trabalhadores



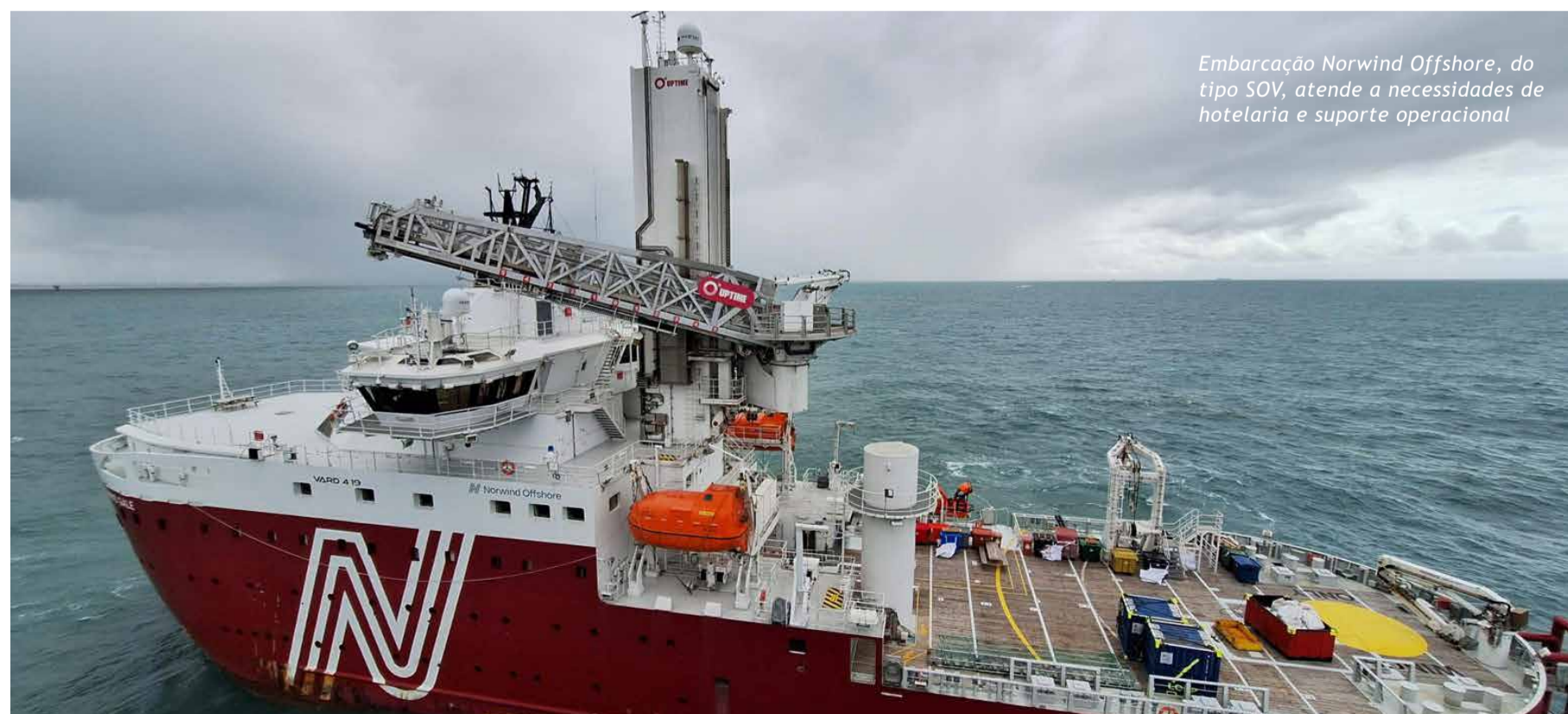
Sonda do tipo SPH instalada sobre válvula de poço em plataforma

Outras embarcações de suporte

Para dar apoio logístico e operacional ao descomissionamento, desde julho a Petrobras está operando uma embarcação do tipo SOV. Além de oferecer acomodação para trabalhadores, essa embarcação atua como base móvel multifuncional, permitindo a execução de reparos emergenciais, transporte de materiais, apoio à logística de embarque e desembarque, e assistência em campo durante as atividades de sondagem e abandono. Somam-se a essa embarcação lanchas para transporte de pessoal e de materiais, estando prevista ainda a chegada, em meados de 2026, de mais um equipamento de suporte a operações conhecido como balsa auto elevatória, o que deverá ser informado oportunamente.



Embarcações para transporte de cargas e pessoas utilizadas na costa de Sergipe



Embarcação Norwind Offshore, do tipo SOV, atende a necessidades de hotelaria e suporte operacional

Projeto de Monitoramento de Praias da Bacia de Sergipe-Alagoas discute resultados em Aracaju

O projeto é realizado há 15 anos na área de influência dos empreendimentos marítimos da bacia

Na primeira semana de dezembro, foi realizado em Aracaju a 1ª Reunião de Análise Crítica do Projeto de Monitoramento de Praias da Bacia Sergipe-Alagoas (PMP-SEAL). O encontro contou com grande abrangência de equipes técnicas e com a participação de órgãos de controle ambiental, comunidade científica e organizações parceiras.

O PMP-SEAL é um projeto condicionante do licenciamento realizado pelo IBAMA para as atividades de óleo e gás na bacia, e envolve o monitoramento diário de mais de 220 km de praias entre o sul de Alagoas e o norte da Bahia, o resgate e reabilitação de animais debilitados, a investigação da causa de morte em carcaças encontradas, e a proteção e acompanhamento de ninhos de tartarugas marinhas.

Nos 15 anos de execução do projeto, que começou sob o nome de Projeto Regional de Monitoramento de Praias e Anormalidades na Área de Abrangência da Bacia de Sergipe-Alagoas (PRMEA), esta foi a primeira vez que todas as partes envolvidas estiveram reunidas num evento dedicado a discutir os resultados, construir soluções para as dificuldades encontradas e propor oportunidades de melhoria.

O profissional de Análise Ambiental da Petrobras, Bruno Martins, que atua na gestão do projeto, explica os ganhos de um evento como esse. “A execução do PMP-SEAL, conforme exigido pelo IBAMA, demanda o envolvimento de especialistas em ecologia, zoologia, veterinária, química ambiental, que estão espalhados de Alagoas a Santa Catarina. A integração das visões proporcionada pela RAC permitirá um salto de qualidade nos resultados do projeto sem aumento de custos, atendendo ao IBAMA e entregando à sociedade conhecimento para a conservação das espécies e ecossistemas”, avaliou o biólogo.

A reunião contou com 40 participantes presencialmente em Aracaju e mais 61 espectadores on-line. Entre os participantes, estiveram representantes da fiscalização técnica do projeto (da gerência de Gestão Ambiental de E&P Bahia, Sergipe e Alagoas), a empresa executora (Mineral Engenharia e Meio Ambiente), IBAMA, Instituto Chico Mendes, instituições acadêmicas e organizações de



Equipe técnica do PMP-SEAL e representantes de órgãos de controle ambiental, comunidade científica e organizações parceiras durante evento em Aracaju

terceiro setor que atuam para a conservação de espécies marinhas na região, como a Fundação Mamíferos Aquáticos e o Projeto Tamar.

Para esta edição, foram convidados ainda, a pedido do IBAMA, a Salt Engenharia, que executa o Projeto de Avaliação das Interações de Tartarugas Marinhas com as Atividades de Exploração e Produção da Bacia Sergipe e Alagoas (telemetria satelital) para a Petrobras, e a Eneva, que executa o monitoramento de praias em trecho complementar ao PMP-SEAL.

O evento contou ainda com participação de colegas do Cenpes, demais regionais da gestão ambiental do E&P da Petrobras, entre outras gerências.

Alguns participantes puderam visitar, ainda, os Centros de Reabilitação e Despetrolização da Fundação Mamíferos Aquáticos e do Tamar localizados em Aracaju, e acompanharam a reintrodução ao ambiente natural de uma tartaruga-verde (*Chelonia mydas*) resgatada e reabilitada pelo projeto.



O evento teve participantes presenciais e remotos, possibilitando intercâmbio com profissionais que atuam com monitoramento em outras bacias no Brasil



CONTATOS

Canais Petrobras

Email:
atendimentorne@petrobras.com.br

Telefone Gratuito

0800 728 9001

Ocorrências com animais marinhos ou presença de óleo, e demais informações sobre licenciamento

**Linha verde
IBAMA**

0800 061 8080

(Ligação gratuita)

O informativo sobre os empreendimentos marítimos da Petrobras na Bacia de Sergipe-Alagoas é uma publicação semestral do Programa de Comunicação Social Regional, exigido como medida de mitigação do licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA. Esta edição corresponde ao exemplar 2/2025.

Petrobras - Unidade de Gestão de Ativos em Descomissionamento - Rua Acre, 2504, Bairro América, CEP 49.080-010. Responsável pela publicação: Ricardo Leal Costa Santos - Registro no Conrerp Nº 309 - 1ª Região. Edição digital - Disponível em programapeac.com.br. Colaboração nos textos: Equipes técnicas do PEAC (UFS) e da Petrobras. Fotografias: Banco de imagens Petrobras, Equipe Educomunicação PEAC.